

**EXPRESSÃO, REGISTRO E PROPAGANDA: O ANARQUISMO IMPRESSO
EM A PLEBE**

Por Fernanda Grigolin,

artista e editora, doutoranda em Artes Visuais - Unicamp/Bolsa Capes

fernanda.grigolin@protonmail.com

Resumo:

O presente artigo discorre sobre a significação do jornal *A Plebe* como um lugar de edição e circulação anarquista cujas características gráficas e tipográficas são inovadoras, em especial no que tange à carga factual da fotografia, pouco utilizada pela imprensa brasileira nas primeiras décadas de 1900, tanto a imprensa institucional quanto na anarquista. A inovação técnica será olhada como expressão anarquista impulsionada por um ideário e como uma necessidade do momento (Greve de 1917).

Palavras-chaves:

Anarquismo, publicação impressa, Greve Geral de 1917

Introdução

A Plebe de 21 de julho de 1917, edição icônica que traz os registros e a memória da Greve Geral, será analisada aqui em conteúdo e forma – pauta, texto, imagem de rua, construção de manchetes e composição de colunas. Elementos de produção e edição de *A Plebe* também serão comparados com edições da mesma época de dois outros periódicos: *O Estado de S. Paulo* e *A Cigarra*.

A Lanterna, jornal precedente a *A Plebe* que, nas palavras de Edgard Leuenroth, teria no outro sua continuidade, também será comentado brevemente. *A Plebe* trazia uma continuidade tipográfica textual e de desenho de página (manutenção de um formato aproximado, mesmo número de colunas, disposição de linhas), porém, ao invés de

“iluminar” como se espera de uma lanterna, é o corpo impresso de sujeitos sociais em revolta (*o prenúncio de uma nova era*, frase destacada na capa de forma central).

Pretende-se demonstrar que *A Plebe* é realizada com a introdução de um conceito implementado na década seguinte: o da cobertura de eventos de rua por meio de fotografia e sua impressão em periódicos de cunho noticioso/jornalístico. O Brasil não possuía tecnologia de rápida confecção e com um baixo custo possível para que a imprensa diária pudesse trazer fotografias vinculadas às notícias com rapidez¹. E mesmo na imprensa semanal, na qual métodos de impressão mais avançados e de maior custo eram aplicados, a pauta e o interesse não eram voltados às demandas dos operários; as fotografias, trazidas nas revistas de grande circulação, são do campo de atividades sociais burguesas, do entretenimento do mostrar-se para um público leitor; elas são reflexo do modo de ser de uma elite, e não de eventos que envolvam todas as classes sociais. A Greve de 1917 implanta uma exceção tanto no âmbito da construção do jornal operário quanto na alocação de imagens de manifestação operária de rua em uma revista semanal, no caso *A Cigarra*; e vira pauta obrigatória de *O Estado de S. Paulo* em seus textos.

Ao apresentar imagem fotográfica de um evento de rua na primeira página, *A Plebe* se moveu pela necessidade do fato: A Greve de 1917, de grandes proporções sociais, pedia uma carga realista que demonstrasse sua magnitude. Christina Lopreato (1996) afirma haver sido a Greve de 1917 preparada, não um movimento espontâneo, tendo no conceito de ação direta sua matriz. Boicotes, piquetes, barricadas e greves locais constituíram o caminho da luta diária que culminou na Greve Geral, iniciada em 9 de julho com a morte de José Martínez em frente à fábrica Mariângela, no Brás. Somaram-se a isso resquícios de maio e de dois fatos primordiais ocorridos em junho: a greve no

¹ A relação da fotografia com os impressos nos primórdios era realizada de forma artesanal e com a junção de processos químicos, mecânicos e artesanais, para um clichê fotográfico existir levaria por volta de 12 horas (entre revelação fotográfica e confecção do clichê em zinco). Fazia-se a impressão fotográfica a partir de um negativo de vidro, o uso mais provável em 1917. Depois há a transmissão disso para aplicabilidade nos métodos tipográfico (por meio de clichês de zinco, a impressão mais provável de *A Plebe*) e litográfico (gravação na pedra, mais utilizada em grandes tiragens de cunho publicitário e em revistas de grande tiragem), pois a entrada da rotogravura no Brasil se deu no final dos anos 1920 e do offset, mesmo sendo de 1922, e em 1936 se passou a importar máquinas gráficas dos EUA. A implementação da clicheria em moldes populares em São Paulo ocorreu em 1928 pela Bremensis, e mesmo a fotografia de rua era um elemento escasso. De acordo com informações colhidas diretamente com o pesquisador da fotografia Rubens Fernandes Júnior, Aurélio Becherini possuiu a primeira máquina fotográfica feita para fotografia de rua no Brasil. A câmera chegou no final do século XIX e foi diretamente para as mãos de Becherini, ela era 13 x 18 cm, em formato de caixa e usava chapa de vidro.

Cotonifício Crespi (na Mooca) e na Fiação, Tecelagem e Estamparia Jafet (no Ipiranga). Assim, a greve, preparada por meio de uma atuação sindicalista revolucionária, teve no jornal sua forma principal de expressão, registro e propaganda. Dessa maneira, as características gráficas e tipográficas inovadoras de *A Plebe* são expressão anarquista impulsionada por um ideário e uma necessidade de um momento (Greve Geral).

A imprensa, a tipografia

Quando saiu a edição de *A Plebe*, o Brasil tinha implementado a tipografia havia pouco mais de cem anos² na capital (na época o Rio de Janeiro), e em 1827 em São Paulo (Farol Paulistano), depois da Bahia (1811) e de Pernambuco (1815). Em 1822, existiam seis tipografias no Rio de Janeiro. Em 1884, a cidade de São Paulo possuía vinte oficinas tipográficas, porém foi com a construção de vias férreas e uma rede de correios e telégrafos juntamente com a população, que passa a ser letrada e tem acesso a uma produção nacional, que os impressos tomam o espaço público e passam a ser lidos (CRUZ, 2000).

Na época do Império, por exemplo, a cidade de São Paulo teve seu primeiro jornal impresso apenas em 1827, e demorou algumas décadas para possuir um jornal diário, o *Correio Paulistano*, em 1854 (MOLINAS, 2015). Porém, na República, na capital paulistana o jornalismo emerge como atividade importante e um lugar de renovação da cultura letrada (CRUZ, 2000). A imprensa periódica passa a ser um lugar de exercício da intelectualidade, de práticas culturais, exercício de ocupação da esfera pública, tanto burguesa quanto operária. No que se refere especificamente à cidade de São Paulo, a pesquisadora Heloisa de Faria Cruz afirma:

² O Brasil das décadas de 1900, 1910 e 1920 possuía pouquíssimos recursos técnicos e tecnológicos de produção gráfica, a imprensa como prática “livre” foi instaurada por decreto, e nossa primeira tipografia legalmente reconhecida foi a oficial: Impressão Régia, em 1808. A Família Real chegou ao Brasil com 02 prelos e 23 caixas de tipos ingleses. A Impressão Régia foi instituída na cidade do Rio de Janeiro e com atividades vinculadas ao Estado Imperial em 1808 produziu 37 livros. No ano seguinte, 1809, foi construído o primeiro prelo no Brasil, e em 1845 iniciou a impressão em prelo mecânico. Antes disso, qualquer prática tipográfica, jornalística ou de produção editorial era considerada ilegal, há notícia de uma tipografia estabelecida no Rio de Janeiro em 1747 por Antônio Isidoro da Fonseca e fechada pela Corte; e, mesmo quando houve legalidade, o jornal de maior circulação, o *Correio Braziliense* (1808-1820), não era impresso aqui, e sim em Londres, e distribuído de forma clandestina em seus primeiros anos.

[...] a expansão e transformação da imprensa periódica paulistana emerge como um processo cultural rico de significados. Em suas origens, o processo inventivo de expansão e transformação da imprensa paulistana passa mais pela riqueza e diversidade de seus personagens e processos sociais do que pela inovação e criação de novas soluções técnicas. (CRUZ, 2000, p. 80)

Há uma relação íntima entre a cidade e a imprensa. Não é coincidência que o ritmo da cidade acelera, sua industrialização e população multiplicam-se e, com isso, a tipografia passa a pertencer ao cotidiano das pessoas como lugar intermediador da leitura e da visualidade. Nelson Werneck Sodré (1999) diz que o desenvolvimento da imprensa é marcado por lutas internas, primeiro entre a informação e a opinião, depois entre a opinião e a publicidade. E a história da imprensa é a história do desenvolvimento capitalista. Olhar para São Paulo e para os impressos produzidos é olhar para um lugar de disputa. A palavra impressa, com a tipografia, passa a ser tecnologia e *commodity*³.

Ao contrário do livro⁴, que pouco era impresso e/ou circulava nas primeiras décadas do século XX, aumentava-se o ritmo de produção e circulação de pequenos, médios e grandes periódicos e almanaques, tornando a imprensa e sua variedade os lugares para sentirmos essa época. Houve naquele momento uma variedade de usos de folhas, folhetos e jornais tanto no campo público quanto no privado.

Mesmo com o advento de jornais aos moldes de empresa capitalista, o artesanal segue sendo a saída de produção, edição e circulação para muitos. A imprensa institucional, relacionada ao avanço do capital e da formação de uma elite, passa a produzir obras destinadas ao entretenimento⁵. Da cidade de São Paulo, podem-se citar a revista *A Cigarra* e o jornal *O Estado de S. Paulo*. Ambos se constroem como empresas capitalistas, com seus moldes de divisão de trabalho e tendo sua renda vinculada ao anúncio publicitário.

³ A tipografia não é apenas tecnologia, mas, ela própria, recurso natural ou produto básico, como o algodão ou a madeira ou o rádio: e, como qualquer bem de produção, modela as relações intersensoriais do indivíduo, bem como os padrões de interdependência comunal, ou coletiva. (MCLUHAN, 1972, p. 227).

⁴ O Brasil não tem longa tradição editorial de livros. Na primeira República, os livros eram caríssimos, o papel para eles era importado e o público leitor pequeno; assim, para produzir, editar e circular, o mercado editorial inicia no pós-Primeira Guerra (CRUZ, 2000) e passa a existir nos anos 1950 de forma contínua (CRENI, 2013).

⁵ BENJAMIN, 1994.

Já o núcleo artesanal é bem diverso, ele abarca a imprensa humorística, libertária e socialista, a qual se constrói em uma dinâmica artesanal, sem divisões nos campos de produção, edição e circulação e tendo sua renda vinculada à venda direta, às assinaturas e “campanhas” de arrecadação. Nesse núcleo, interessa-nos o que se denomina imprensa anarquista.

Os jornais acompanham os acontecimentos do movimento anarquista no país e no exterior, em nível nacional, bem como polarizam com as instituições burguesas: o clero, o capital, o militarismo. As greves são acompanhadas de perto. A Greve Geral como detonadora da Revolução Social é o acontecimento mais importante da cobertura jornalística, notadamente na imprensa de tendência anarcossindicalista. (CHALMERS, 2018, 13).

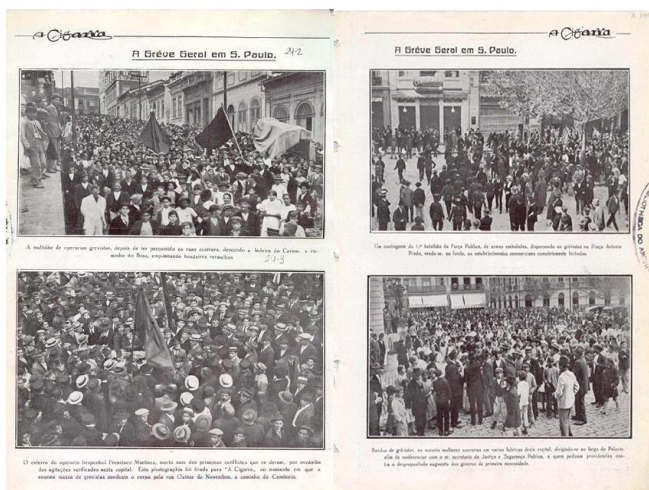
A Greve de 1917 em páginas

A cobertura da Greve de 1917 pelos periódicos – *A Cigarra* e *O Estado de S. Paulo* – mostra que há um convívio da imprensa institucional com fatos para além de suas agendas, quando eles tomam a proporção de um “espetáculo”, nas palavras do editorial de *A Cigarra*, ou de “grave conflito social”, para *O Estado de S. Paulo*.

A Cigarra

Revista quinzenal ilustrada, editada em São Paulo entre 1914 e 1930, *A Cigarra* nasceu com a vocação de entreter com imagens de coluna social, concurso de capas, poemas, ilustrações e muitos anúncios. Tinha distribuição nacional e internacional e foi a mais importante revista de variedade de sua época em São Paulo e interior. Exercia forte apelo ao público feminino e fazia a cobertura de eventos sociais e exaltação da indústria e do comércio paulista (CRUZ, 1997). A edição específica sobre a Greve de 1917 saiu no dia 26 de julho, composta por quarenta páginas mais capa e contracapa com um anúncio colorido. Contando o conteúdo das páginas do verso da capa, a revista divide-se da seguinte forma: doze páginas de anúncio, dez com alusão à Greve de 1917, com texto e fotografias; e demais textos com o corriqueiro à revista. O editorial é construído com

base na Greve de 1917⁶. O texto classifica a primeira dezena de julho como “serena e desinteressante” e “sob o ambiente comum da paz social”, que são abalados de repente. Há um grupo de pessoas – “os conservadores” – que não acreditaram ser possível tal greve, “mas logo se desiludiram vendo na rua a legião infinita dos grevistas”. Aparentemente não se identificando com os conservadores, o editorial olha para o motivo pelo qual a imensidade de operários fez a greve: “o sofrimento”. De acordo com *A Cigarra*, a greve é um direito, entretanto o periódico não considera uma greve geral um espetáculo “dos mais agradáveis para os nossos créditos de cidade pacata”. O interlocutor ressalta a carestia de vida e os comícios que aconteceram desde o princípio da Guerra. Ele diz que ninguém levava a sério os oradores, porém classifica o Comitê de Defesa Operária como “um perigo social” e os patrões em três grupos: os “amáveis e conciliadores”; os “hesitantes”; e os “inflexíveis”. Ao se referir às mortes, o editorial aponta que “foram sacrificadas algumas vidas” e que os ânimos só se acalmaram quando a imprensa entrou em jogo: “deve-se à imprensa em grande parte a solução da greve [...] ninguém lhe pode negar o grande serviço que ela vem de prestar a paz social do Estado”.



⁶ É o único texto de caráter informativo sobre a greve, outro “Em defesa do estômago” é uma crônica que satiriza a greve como um todo.



Algumas páginas duplas que fazem alusão à greve com fotografias.

O Estado de S. Paulo

Fundado no ano de 1875 por um grupo de republicanos liderados por Manoel Ferraz de Campos Salles e Américo Brasiliense, que decidiram criar um diário de notícias para combater a monarquia, o jornal *O Estado de S. Paulo* nasceu com o nome de *A Província de São Paulo* e apenas em 1890 ganhou seu nome atual, tendo Júlio de Mesquita como diretor. A tiragem, que era de pouco mais de 3 mil exemplares, atinge 18 mil em 1897, com a publicação de notícias da Guerra de Canudos e de reportagens de Euclides da Cunha. Em 1912 o jornal já possui linotipos mecanizados que permitem tiragens de 35 mil exemplares. E no final da década de 1920, *O Estado* lança o Suplemento Rotogravura, com destaque às ilustrações e fotos⁷.

Em 1917, o jornal iniciou uma tradição: a primeira página constituir-se apenas de notícias internacionais; o *Estado* contratou a agência Havas, atual France Press, cujos telegramas deram mais agilidade ao noticiário internacional. Até os anos 1960 a capa não trazia informações nacionais, havendo duas exceções: a morte de Getúlio Vargas e a Greve de 1917, capa de 14 de julho.

⁷ Essas informações são oficiais, do próprio *O Estado de S. Paulo*, acessado no dia 28 de abril, https://acervo.estadao.com.br/historia-do-grupo/decada_1870.shtm.



Capa da edição de 14 de julho e páginas 03 e 04

Em box que ocupa o espaço de três colunas, uma nota, assinada por dez jornalistas que representam nove órgãos de imprensa⁸, atesta que irão mediar o impasse entre operários e industriais via uma comissão de imprensa e convida o Comitê de Defesa Operária a nomear a sua comissão. A edição desse dia traz informações detalhadas sobre a greve. Em páginas internas, a greve ocupa os espaços das colunas (que tracei em vermelho), há uma cobertura trazendo comunicados do Comitê de Defesa Operária, do Comitê de Imprensa, e detalhamento de acontecimentos da cidade, sob uma perspectiva que não é a dos operários. *O Estado* traz a greve, ele a mostra como legítima, mas não vê com bons olhos “a agitação operária completamente generalizada”. Informa que a cidade parou, o correio não consegue fazer entregas, há falta de pão. “Grevistas tomam conta dos arrabaldes [...] não permitiam que coisa alguma viesse para alimentação, chegando ao ponto de investir contra o mercado livre, que ontem se realizava no Bexiga, destruindo o que lá se encontrava e provocando uma debandada geral.” O jornal cita nominalmente dezesseis pessoas mortas no dia 13 de julho, entre elas uma menina (Eduarda, de doze anos) e Nicola Salerno, pedreiro, o que também é notícia em *A Plebe*. *O Estado* apresenta os acontecimentos, dando mais ênfase em versões do Estado e da política, e finaliza o texto com uma recomendação policial: “que o povo mantenha na altura de povoado civilizado, acatando as instruções da autoridade.”

A Greve também foi notícia com destaque nas edições de 12, 13, 15, 16, 17 e 18 de julho, sendo que no dia 16 figura em uma nota “Ao Povo”, da Comissão de Imprensa, e no dia 17 ocupa quase a página 05 inteira. A nota divulga as reuniões da Comissão de

⁸ Dois jornalistas assinam a nota por *O Estado de S. Paulo*: Nestor Pestana e Amadeu Amaral.

Imprensa com os Industriais e com o Comitê de Defesa Operária, as reivindicações transmitidas e a aceitação do final da greve. Os nomes dos industriais são citados, bem como os dos jornalistas, mas nenhum nome de operário ou membro do comitê é mencionado na nota. No dia 17, o *Estado de S. Paulo* traça um panorama geral e se refere à volta da “normalidade” e da “ordem pública”⁹.

Expressão, registro e propaganda

Os jornais operários são a mais importante documentação primária para a história das classes trabalhadoras¹⁰; eles podem ser olhados como veículo de comunicação e também como um organizador social (FERREIRA, 1978). “Nas primeiras décadas de nossa história republicana, o movimento operário paulista produziria uma imprensa extremamente significativa, tanto quantitativamente quanto qualitativamente.” (CRUZ, 2000, p. 124).

Ao contrário de *O Estado de S. Paulo*, que recebia informações via agências de notícias ou por telégrafos, a imprensa anarquista se utilizava do telégrafo para informações e/ou dos correios, mas também tinha no corpo do militante – muitas vezes também editor e tipógrafo – o transporte das informações. “A imprensa teve papel fundamental, ao fortalecer a formação de redes internacionais e coordenar a solidariedade entre anarquistas e movimentos trabalhadores.” (CORRÊA, 2018, p. 59).

Além de fortalecer a formação de redes, as características do próprio anarquismo impregnavam a prática editorial: como apoio mútuo e solidariedade. Empréstimo de tipos, continuidade de seções iniciadas em um jornal e que seguiam em outro, homenagens aos jornais ou notas informativas. Vera Chalmers (2018) comenta que a transnacionalidade é uma prática constante na produção editorial anarquista, e o fluxo da edição é descontínuo e descentralizado. Diversos fatores sociais e de prática militante levam ao trânsito, como falta de fundos, ação da polícia política.

⁹ Traz o cotidiano das fábricas, que voltaram, e dos órgãos públicos, como a câmara dos vereadores, fala dos comícios e apresenta a iniciativa do prefeito de ampliar os mercados francos em diversos bairros com o intuito de combater a carestia de vida. O jornal também noticia a dissolução da Comissão de imprensa, que “cumpriu a sua missão”.

¹⁰ Os primeiros jornais anarquistas apareceram no final do século XIX, como *O Despertar*, *O Protesto*, *O Golpe*, e no início dos anos 1900 surge *O Amigo do Povo*, dirigido por Neno Vascos.

A *Plebe* foi um periódico anarquista editado no Brasil por 34 anos (entre 1917 e 1951), tendo como principal diretor Edgard Leuenroth. Nasce em um formato considerável, 53,5 x 37 cm (fechado) em quatro páginas (uma folha dobrada), e tendo um tamanho menor que *O Estado de S. Paulo* do mesmo ano (63 x 45 cm), e proporcional à última edição de *A Lanterna* (51 x 36 cm).



A Lanterna de 19 novembro de 1916 (à esquerda) e *A Plebe* n. 01 de 09 de junho de 1917 (à direita)

Pesquisadores do anarquismo, como Rodrigo Rosa da Silva, se debruçaram em *A Plebe* e o consideram o mais importante jornal anarquista em língua portuguesa e circulava no Brasil e no exterior.

Sem dúvida, o jornal de Leuenroth foi o mais importante e mais duradouro órgão da imprensa anarquista no Brasil. Existiu por mais de trinta anos, sendo publicado até 1949, com pequenas interrupções devido a problemas financeiros e perseguições policiais. Teve periodicidade bimestral, mensal, semanal e, em 1919, publicava-se diariamente, atingindo uma tiragem de 10 mil exemplares. Circulava por todo o país e até no exterior. A distribuição do jornal dava-se por meio de venda direta nas ruas pelos próprios militantes anarquistas, através de pontos de venda pela cidade, como bancas de jornal, e era remetido também pelo correio. Enviava-se periodicamente uma cópia aos assinantes de diversas localidades do país e pacotes para serem vendidos por militantes em outras cidades. A folha mantinha-se com o valor das assinaturas, das vendas avulsas e das contribuições de indivíduos ou de listas de apoio,

através das quais se recolham doações para a manutenção do periódico.
(SILVA, 2005, pp. 27-28).

As relações entre *A Plebe* e *A Lanterna* são nítidas em seu formato, composição de linhas, uso de tipografia e proporção de colunas. Ao olharmos as imagens lado a lado (acima), percebe-se que o desenho de página da última edição de *A Lanterna* é bem similar à proposta apresentada no primeiro número de *A Plebe*.

A Plebe como facilmente se verifica é uma continuação da *A Lanterna*, ou, melhor dizendo, é a própria *A Lanterna* que, atendendo a excepcionais exigências do momento gravíssimo, como nova feição hoje ressurgiu para desenvolver a sua luta emancipadora em uma esfera de ação mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programa de desassombrado combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste país, como o de toda a Terra, a odiosa sociedade vigente, alicerçada por toda a sorte de misérias e de violências. (Edgard Leuenroth, **Ao que vimos. Rumos à revolução social**, editorial de *A Plebe* de 09 de junho de 1917, ano 01, número 01).

Porém, três elementos importantes diferem *A Plebe* de 21 de julho de seu antecessor e da sua primeira edição: o uso da fotografia e a pauta; há também a intenção marcada pelo nome do jornal com um condutor de uma grande história a se contar. Isso porque nessa edição é fortalecido um propósito: o de se relaciona com um grupo comunitário em ação que tem um objetivo comum: *o direito à vida*. É também um lugar de registro e edição da memória, pois cabe às pessoas trabalhadoras contar a sua própria história, seja por meio de textos, organização espacial destes numa página tipográfica, ou mesmo acrescentando um elemento fundamental: a fotografia realizada no momento da Greve, símbolo da urgência e por isso posta em primeira página, como uma comprovação de realidade – *isso foi*¹¹. Assim, não basta dizer que houve uma multidão, deve ser

¹¹ Dentro do campo da fotografia há uma vasta literatura sobre o aspecto do *studium* (termo barthesiano), porém o *studium*, o registro do fato vinculado ao acontecimento, é um bom lugar para se pensar o uso da fotografia como linguagem em *A Plebe* e também a passagem dela para clichê tipográfico e posto como um elemento de uma página de um jornal anarquista. Ver: Barthes, 1984.

mostrado imagetivamente o “aspecto da multidão que acompanhou o enterro do companheiro Martinez, quando estacionada na Rua 15 de Novembro”.

Após impresso, é o jornal um lugar de circulação de ideias e um instrumento poderoso de propaganda anarquista entre os que estão no lugar (São Paulo) e os companheiros de outras localidades (cidades ou países).

Capa de *A Plebe*, 21 de julho de 1917



Há a pauta totalmente voltada à Greve de 1917, e o rumo à revolução social (algo anunciado no editorial da primeira edição mas visualizado nessa). A intenção do nome do jornal se conecta com três “manchetes”, destaques textuais¹² e o uso fino de linhas, mostrando ter sido pensado em composição milimétrica dos detalhes. Centralizados estão os seguintes escritos: *A Plebe* (o nome em itálico, dando alusão ao movimento); “Prenúncio de uma era nova” (em caixa alta e outra tipografia); “O proletário em revolta afirma seu direito à vida” (em outra tipografia com corpo maior, também em caixa alta, com uma linha tripla). Também centralizadas com uso de dois traços consecutivos estão as seguintes frases curtas em formato de manchetes: “– Colossal movimento de protesto

¹² Os destaques poderiam ser comparados a elementos textuais do jornalismo contemporâneo olho ou sutiã, mas não havia esse uso na época. Há uma “inovação” de uso de texto em manchete em *A Plebe* também.

– A imponente greve geral paralisou toda a vida da cidade – A Plebe faminta praticou a expropriação – Os céberos dos ladrões do povo deram largas a sua fúria vandálica – Assassínatos, espancamentos, assaltos a associações e a domicílios – estiveram na ordem do dia – Os obreiros, apesar de tudo, conseguiram a sua primeira vitória – É preciso, porém, estar alerta, para não serem vítimas de uma torpe traição”.

Depois disso vem um texto na primeira coluna à esquerda num tom de editorial forte (“Premida por uma situação de torturas morais e de atroz miséria cujas terríveis consequências de dia para dia mais lhe amarguravam a triste existência – a plebe, dominada pelo desespero, perdeu a paciência, ululante e audaz saiu para a rua afirmando o seu direito à vida”), que é sucedido por nove notas divididas em títulos ou títulos com subtítulos (“União Sagrada!”; “Como foi suspenso o movimento”; “À guisa de ultimatum”; “Alerta. Cada qual no seu posto”; “Como foi aceita a intervenção dos jornalistas”; “Mãos à obra. Estão surgindo as organizações obreiras”; “Quantos são os mortos?”; “Por que não saiu *A Plebe*”; “As barricadas”; “Pró-vítimas da greve”).

Os textos são distribuídos em seis colunas, e na diagramação são divididos em sete linhas duplas, e tudo finaliza com uma imagem em destaque no canto direito, a imagem da própria plebe. O uso da fotografia ocupa três colunas na largura, e mantendo a proporção do negativo de vidro (18 x 13 cm). A imagem, de autoria desconhecida, pode ter sido realizada por um anarquista que a cedeu para *A Plebe* e também para *A Cigarra*.

Nas páginas seguintes também há o uso de imagens, tanto de fotografia de rua quanto de retrato de estúdio. Os dois retratos (das páginas 3 e 4) são de homens que foram mortos naqueles dias. O número de mortos não se sabe, no jornal aparecem inúmeros e muitos sepultamentos clandestinos.



Assim como os textos da capa, os escritos distribuídos nas páginas 2 e 3 são ricos em detalhes, com informações, acontecimentos da greve, manifestos distribuídos nas atividades da greve (como o Apelo aos Soldados escrito por um grupo de mulheres grevistas em junho de 1917, possivelmente mulheres da Mooca que iniciaram a greve no Cotonifício Crespi). O meio do jornal é o momento em que a mancha gráfica se entrega, assim podem-se olhar as páginas par e ímpar em uma folha. As seis colunas podem ser lidas como 12 e o desenho de páginas com as fotografias pode tomar uma distribuição distinta que faz transitar os olhos. A fotografia da esquerda na página 02, um aspecto do comício realizado na Sé, e a outra traz uma fotografia de Nicola Salerno (assassinado pela polícia na Rua Augusta). Em *A Plebe*, Nicola é tratado como anarquista e simpatizante das ideias avançadas¹³.

O uso diverso de fontes, linhas e títulos apresenta traços harmoniosos de composição e a experiência de um tipógrafo maduro. A última página é panorama da greve em outras cidades e as reverberações por lá, traz o enterro de Martínez e sua fotografia, informações sobre como foram os comícios, os compromissos que os industriais assumiram perante os jornalistas e as reuniões operárias.

Circular e arquivar: breve conclusão

¹³ N^o *O Estado de S. Paulo*, ele aparece como um pedreiro que enfrentou a polícia, por isso foi morto. As construções dos textos e da notícia dos dias de julho são completamente distintas e mostram plenamente o perfil editorial de cada jornal.

Para as pessoas trabalhadoras, a cultura letrada também é um lugar de resistência e organização, e por esse motivo é essencial olhar para a imprensa anarquista a fim de compreender os vínculos de atuação das e dos militantes. Os anarquistas tiveram papel fundamental para a criação de uma cultura impressa independente, autônoma e como lugar de expressão de um ideário revolucionário. Não apenas como formação de bibliotecas com livros vindos da Europa, mas também trazendo consigo tipos e prelos e executando de forma artesanal suas publicações. Eram editores artesanais por natureza, já que no campo artesanal editar inclui produzir, editar, publicar e fazer circular. Ferreira (1978) destaca a irregularidade da distribuição dos jornais devido à dificuldade financeira e às perseguições. Porém, os jornais e espaços coletivos eram lugares de produzir e de guardar¹⁴ impressos e livros. A história das bibliotecas públicas na cidade passa pela história dos grupos anarquistas e seus coletivos, já que mesmo de maneira precária as redações dos jornais tinham suas bibliotecas. Havia experiências como as praticadas no Salão Celso Garcia com atividades, festas e encontros, importantes momentos de sociabilidade (PARRA, 2019). Na primeira República, dos primeiros livros publicados no Brasil quando o país passa a ter um mercado editorial são os anarquistas os primeiros publicadores¹⁵.

Arquivos pesquisados

Acervo on-line do Estado de São Paulo

AEL – IFHC/Unicamp

Arquivo do Estado de São Paulo

Biblioteca Nacional

Cedem/Unesp

Fontes

¹⁴ Edgard Leuenroth teve por décadas a prática arquivista como um lugar de memória coletiva, abrigando e escondendo materiais impressos de diversos militantes. O conhecimento que temos do movimento anarquista do século passado se deve aos acervos, coleções e arquivos iniciados pelos militantes, sendo que alguns foram institucionalizados, como é caso do AEL – IFCH/ Unicamp e a coleção Astrojildo Pereira abrigada no Cedem/Unesp.

¹⁵ *A mulher é uma degenerada* de Maria Lacerda de Moura é de 1924, por exemplo. E os anos 1920 são o início de uma produção sistemática de livros por aqui. As informações sobre o processo de produção de livros no Brasil até os anos 1920 são fragmentadas (CRUZ, 2000). “[...] as articulações de informações fragmentárias dão visibilidade ao processo intenso de produção e difusão de materiais impressos. Se é difícil identificar a edição de ficção nacional, o mesmo não acontece com outros materiais e, principalmente, com a imprensa periódica” (CRUZ, 2000, p. 71).

A Cigarra, de 06/03/1914 e de 26/07/1917

A Lanterna, de 19/11/1916

A Plebe, de 09/06/1917 e 21/07/1917

O Estado de S. Paulo, de 12/07, 13/07, 14/07, 15/07, 16/07, 17/07 e 18/07/1917

Referências

- BARTHES, Roland. *Câmera clara: notas sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- BENJAMIN, Walter. O autor como produtor. In: *Magia e técnica, arte e política (ensaaios sobre literatura e história da cultura)*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- CHALMERS, Vera. *Escritas libertárias*. São Carlos: Edufscar, 2018.
- CORDERO, Laura Fernandez. Continuidades libertarias. El problema de construir un corpus de revistas. *III Coloquio Argentino de Estudios sobre el Libro y la Edición Simposio: El mundo de las publicaciones periódicas*, 2018 [texto inédito gentilmente cedido pela autora].
- CORRÊA, Felipe. O anarquismo e o sindicalismo de intenção revolucionária: da Associação Internacional dos Trabalhadores à emergência na América Latina. In: SANTOS, Kauan Willian dos & SILVA, Rafael Viana da. *História do anarquismo e do sindicalismo de intenção revolucionária no Brasil*. Curitiba: Prisma, 2018.
- CRENI, Gisela. *Editores artesanais brasileiros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana – 1890-1915*. São Paulo, Educ, 2000.
- _____. *São Paulo em revista: catálogo de publicações da imprensa cultural e da variedade paulistana 1870-1930*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1997.
- FERNANDES JÚNIOR, Rubens. Como ver a cidade/como veracidade/comover a cidade. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação*, São Paulo, Sesc, nº 5, setembro 2017.
- FERREIRA, Maria Nazareth. *A imprensa operária no Brasil 1880-1920*. Petrópolis: Vozes, 1978.
- LOPREATO, Cristina da Silva Roquette. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. Tese de Doutorado em História. IFCH, Unicamp, 1996.
- McLUHAN, Marshall. *A galáxia de Gutemberg*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

ANPUH-Brasil – 30º SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Recife, 2019

- MOLINA, Matias. *História dos jornais no Brasil. Da era colonial à Regência*. V. 01. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- PARRA, Lucia. Anarquistas na década de 1920: educação e emancipação. *Jornal de Borda 06*, São Paulo, 2019.
- PERROT, Michelle. *Os excluídos da história. Operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.
- RODRIGUES, Edgar. *Pequena história da imprensa social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.
- SANTOS, Kauan Willian dos. “*Paz entre nós, guerra aos senhores*”: o internacionalismo anarquista e as articulações políticas e sindicais nos grupos e periódicos anarquistas guerra social e a plebe na segunda década do século XX em São Paulo. Dissertação de mestrado, Unifesp, 2016.
- SILVA, Rodrigo Rosa da. *Imprimindo a resistência: a imprensa anarquista e a repressão política em São Paulo (1930-1945)*. Tese de Mestrado. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2005.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.